



Pedido de Inventariação das Marchas Populares de Lisboa no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

ANEXO II



Índice

I. Identificação do proponente	3
1. Designação	3
2. Número de identificação fiscal	3
3. Contactos.....	3
4. Designação da tutela do proponente	3
II. Caracterização do proponente	4
1. Tipologia da entidade	4
2. Inserção territorial.....	4
3. Responsável.....	4
4. Caracterização do histórico e das atividades desenvolvidas pelo proponente	5
III. Fundamentação do pedido de inventariação.....	6
1. Caracterização da relevância das Marchas Populares de Lisboa.....	6
1.1. Relevância de acordo com os critérios genéricos de apreciação do Pedido de Inventariação:..	6
1.2 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com demais manifestações de Património Cultural	12
1.3 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com património natural	13
1.4 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com estudos	13
1.5 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com a missão, visão, valores e vectores estratégicos da entidade requerente ou de outras entidades	14
1.6. Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com as actividades desenvolvidas, em curso ou projectadas, pela entidade requerente ou por outras entidades	15
1.7. Caracterização de eventuais ameaças à continuidade da prática e ou da transmissão da manifestação do património cultural imaterial	17
1.8. Caracterização de acções de salvaguarda e valorização de que a manifestação do património cultural imaterial tenha sido ou seja actualmente objecto, por parte da entidade requerente ou por parte de outras entidades	18
2. Documentação da relevância das Marchas Populares de Lisboa	21
3. Direitos de propriedade intelectual	30
4. Direito à imagem	30
5. Protecção de dados pessoais	30
6. Declaração de compromisso	30
7. Pedido de inventariação e procedimento	31
8. Recolha e tratamento da informação.....	31



I. Identificação do Proponente

1. Designação: Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa

2. Número de identificação fiscal: 505985748

3. Contactos

3.1. Morada: Largo Luís Dourdil, Lote 4, Lojas 2 e 3

Freguesia: Marvila

Concelho: 1959-270 Lisboa

3.2. Telefone: 211993916

3.3. Fax: ---

3.4. Endereço electrónico: aconcelholisboa@gmail.com

3.5. Página na Internet: <https://www.accl.com.pt>

4. Designação da tutela do proponente

4.1. Número de identificação fiscal (quando aplicável): ---

4.2. Contactos: ---



II. Caracterização do Proponente

1. Tipologia da entidade:

- 1.1. Organismo da administração pública central
- 1.2. Organismo da administração pública regional
- 1.3. Organismo da administração pública local
 - 1.3.1. Município
 - 1.3.2. Freguesia
- 1.4. Unidade de Investigação
- 1.5. Estabelecimento de ensino superior
- 1.6 Associação de defesa do património
- 1.7 Museu
- 1.8 Outra **X**

2. Inserção territorial

- 2.1 Concelho:** Lisboa
- 2.2 Distrito:** Lisboa
- 2.3 Nut II:** Área Metropolitana de Lisboa
- 2.4 Nut III:** Área Metropolitana de Lisboa

3. Responsável

- 3.1. Nome:** Pedro Eduardo dos Santos Franco
- 3.2. Cargo:** Presidente



3.3. Habilitações académicas: Graduado no Curso Industrial e Secções Preparatórias, ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa; Frequência da Licenciatura em Engenharia Mecânica.

4. Caracterização do histórico e das atividades desenvolvidas pelo proponente, designadamente em matéria de identificação, estudo e documentação do património imaterial

A ACCL surge em 2002, quando se fizeram várias reuniões destinadas à descentralização do Associativismo, nas vertentes culturais, desportivas e recreativas. O intuito era a criação de uma estrutura que possibilitasse a cooperação regular e continuada entre as coletividades suas associadas e entre estas e as demais entidades, no concelho de Lisboa. Neste sentido e mais concretamente no que toca às atividades desenvolvidas por este organismo, como congregador das 28 coletividades - entidades organizadoras das MPL, em termos da sua identificação, estudo e documentação, encontram-se as seguintes ações:

- Mediação e elo de ligação entre coletividades, no âmbito dos assuntos das MPL, através de trocas de informação, assessoria e representação
- Ligação entre as coletividades organizadoras das MPL e a EGEAC ou outras entidades
- Junção de documentação de registo das coletividades
- Levantamento de documentação de registo das MPL
- Realização de reuniões de trabalho com as coletividades associadas para recolha de dados acerca da respetiva situação quanto a plano e relatório de atividades, e relatórios de contas
- Presidência do júri das MPL



III. Fundamentação do Pedido de Inventariação

1. Caracterização da relevância das Marchas Populares de Lisboa

1.1. Relevância de acordo com os critérios genéricos de apreciação do Pedido de Inventariação:

A Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, como responsável pela proposta relativa às Marchas Populares de Lisboa, considera estar fundamentada a sua relevância como manifestação do património cultural imaterial de acordo com os critérios genéricos de apreciação constantes do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto:

a) Importância da manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da respetiva comunidade ou grupo

Desde a sua origem que as Marchas Populares de Lisboa são organizadas pelas coletividades dos bairros de Lisboa e representam a expressão mais viva e simbólica da sua cultura imaterial, manifestada ciclicamente na capital. É nas coletividades do seu bairro que os moradores socializam e se instruem ou engrandecem no desporto, nas artes ou atividades lúdicas e constroem a cultura bairrista. Esta representa e traduz muitos elementos inspirados em traços culturais partilhados, provenientes das terras de origem dos residentes de cada bairro e que estão ligados a padrões pictóricos, narrativas, memórias e experiências laborais e sociais que os diferenciam, enquanto grupo culturalmente distinto. E é também na marcha da sua coletividade que os moradores não só convivem e expandem a sua rede de relações sociais, solidárias e afetivas, como igualmente exibem a sua alma bairrista a toda a comunidade da cidade ou seus visitantes curiosos.

O número de bairros participantes nesta manifestação cultural tem vindo a aumentar, desde a sua primeira exibição, em 1932, o que levou a entidade camarária organizadora a estipular, nos anos mais recentes - desde a reorganização administrativa das freguesias, em 2013 -, que esse número teria o limite máximo de 20 marchas nos concursos anuais. Assim e tendencialmente, cada freguesia deve ter apenas uma marcha em sua representação. Isto revela que o orgulho dos bairros de Lisboa (e das suas marchas, como seu reflexo) não esmoreceu, antes se tem incrementado.

É certo que a espetacularidade das MPL contemporâneas é distinta da que existia nos modestos arraiais campestres e citadinos espontâneos, realizados em séculos



passados. Embora o grau da exuberância e sofisticação desta arte performativa tenha vindo a crescer com o tempo, o brio na exaltação das tradições bairristas manteve-se igual.

b) Os processos sociais e culturais nos quais teve origem e se desenvolveu a manifestação do património cultural imaterial até ao presente;

As origens das marchas lisboetas são difusas, mas encontram-se de modo embrionário, nos festejos populares medievais que se organizavam de por altura dos cortejos reais, militares ou religiosos. Foram-se desenvolvendo bailaricos e arraiais, nos meses quentes dos santos populares, aos quais afluíam as raparigas e foliões, inspirados em diversas tradições antigas da cidade, de culto ao início do novo ciclo solsticial de colheiras primaveris, em que tudo floresce e irradia. As fogueiras, fogos e círios, as alcachofras e manjericos, a sardinha, o bacalhau e o vinho compunham estes festejos em que os convivas lisboetas, seus vizinhos de aldeias limítrofes e convidados tocavam, dançavam, cantavam e refrescavam nas fontes e chafarizes e desfilavam em cortejos animados pela noite fora.

Sendo inicialmente celebrados sob o olhar atendo da igreja católica, os santos populares começaram por ser tutelados por irmandades e corporações religiosas, até ao séc. XIX, quando o liberalismo instituído passou a permitir o associativismo, dando origem a diversas coletividades nos bairros de Lisboa. Seriam estes clubes, sociedades ou filarmónicas que passariam a encarregar-se de organizar estes arraiais campestres e citadinos, no centro ou nos arrabaldes da capital, até à II Grande Guerra.

Tendo sido institucionalizadas nas primeiras décadas do séc. XX, as MPL surgem com cunho oficial no contexto republicano, no seio do qual as coletividades já desempenhavam um papel significativo na socialização dos sócios bairristas, desenvolvendo-se durante o Estado Novo sob a tutela camarária, como marca do regime nacionalista, que empolava a “tipificação” das localidades integrantes. Com a democratização e abertura das fronteiras nos anos 1970 e 1980, o impeto das MPL decaía e voltaria a animar-se, recuperando a regularidade anual, especialmente a partir de 1988, até ao presente, desde então só sendo interrompido com a pandemia, em 2020 e 2021.

Apesar das várias contingências contextuais, históricas e urbanísticas, esta arte performativa continuaria a ser assenhoreada e continuamente imposta pela vontade do povo dos bairros alfacinhas, que chora quando esta não se realiza e que não aceita o seu esmorecimento ou abandono. Ela vinca profundamente o local da sua génese



e molda as vivências dos moradores de Lisboa que a fundaram, produzindo um mundo cultural único, marcante da paisagem local e do seu usufruto.

c) As dinâmicas de que são objeto a manifestação do património cultural imaterial na contemporaneidade;

Estão em curso e são notórios alguns processos situacionais do contexto presente, que poderão vir a produzir impactos e a traduzir-se em ligeiras mudanças no desenrolar das MPL, a médio-longo prazo. Estas transformações são endémicas, aliás, em todas as manifestações do Património Cultural Imaterial. Como já tem sucedido no passado, esses ajustes são geralmente feitos por meio de alterações dos regulamentos dos concursos que, a miúdo, se vão introduzindo, por pressões das entidades organizadoras das MPL e que procuram fazer face às circunstâncias conjunturais de cada edição de marcha e à sua tendencial evolução. Entre tais dinâmicas estão:

- 1) a concertação entre coordenadores de marchas e apoio na negociação com a entidade camarária sobre alterações ou atualizações regulamentares consideradas adequadas, a cada edição anual;
- 2) o tendencial empoderamento de populações em situação de fragilidade social ou económica, que envolve a integração de entidades que representam o comércio tradicional, os moradores de bairros desprivilegiados, ou os idosos ou sujeitos de exclusão social, como sucedeu com a recente inclusão das marchas extraconcurso, da Santa Casa da Misericórdia, dos Mercados e Infantil, nos desfiles;
- 3) por efeito da desertificação dos bairros pela sua população autóctone, da crescente atratividade de clubes e academias de maior projeção pelos jovens dos bairros lisboetas e da maior e mais diversificada oferta de modos e espaços lúdicos ou de diversão para os jovens que na cidade se multiplicam, as coletividades passaram, nas últimas décadas, a sofrer da falta de jovens marchantes, especialmente masculinos. A substituição dos antigos moradores nativos tem sido compensada pela integração de marchantes moradores de outras localidades mais distantes ou por novos residentes estrangeiros, que se entusiasmam com o costume performativo local;
- 4) o esplendor exigido nas exibições das marchas, acrescido desse despovoamento dos bairros históricos e das conseqüentes dificuldades de viabilidade que enfrentam as suas coletividades, têm obrigado a esforços suplementares, no sentido de serem conseguidos maiores apoios de entidades do bairro ou da cidade para a sua organização;
- 5) As dificuldades de algumas coletividades dos bairros mais despovoados em conseguir marchantes homens, tem pronunciado a emergência de debates quanto às questões de



género nos papeis obrigatórios (24 casais + 1 casal suplente) de marchantes femininos e masculinos;

d) Os modos em que se processa a transmissão da manifestação do património cultural imaterial;

Os saber ligados às MPL continuam a ser passados ciclicamente, de modo ativo, oral e informal. São aqui imprescindíveis no âmbito da transmissão das formas de preparar e executar as MPL:

- 1) a passagem intergeracional e intrafamiliar de conhecimentos entre marchantes, de pais para filhos, de avós para netos;
- 2) a participação nas comissões organizadoras e trabalho conjunto com coordenadores de marcha – muitos deles ex-marchantes e amantes desta arte performativa; e
- 3) a execução e treino por escuta, observação e repetição mimética nos ensaios, dos modos de cantar e marchar comunicados pelos ensaiadores, coreógrafos e músicos; e
- 4) a aprendizagem informal e lúdica nas marchas infantis.

e) As ameaças e os riscos suscetíveis de comprometer a viabilidade futura da manifestação do património cultural imaterial;

Em geral, dada a vontade inabalável dos marchantes e das coletividades que os agregam nos bairros, em dar continuidade às MPL, esta manifestação cultural não enfrenta sérios riscos de se extinguir nos anos que se avizinham. Ainda assim, são fatores de ameaça para a continuidade das MPL, tal como se conhecem hoje:

- 1) a gentrificação da cidade e conseqüente desertificação dos bairros históricos, que têm vindo a ser descaracterizados e substituídos demograficamente por turistas, que periga a reposição de novas gerações de moradores, potenciais marchantes;
- 2) a já mencionada falta de jovens do sexo masculino para se integrarem como marchantes, ligada à exigência normativa da presença de 24 marchantes homens e 24 mulheres;
- 3) as dificuldades financeiras das coletividades, sempre dependentes de apoios externos para fazerem face aos custos avultados envolvidos na saída de uma marcha para os desfiles-concursos;
- 4) a dependência da vontade política para a realização das MPL, emanada das entidades governamentais, nomeadamente camarárias da cidade e da conjuntura económica, social e sanitária, que com esta vontade se interliga.



f) As medidas de salvaguarda propostas para assegurar a valorização e a viabilidade futura da manifestação do património cultural imaterial;

A ACCL considera como formas de reforço necessários e fundamentais para a continuidade desta manifestação cultural imaterial:

- 1) O incremento de recolhas sistemáticas e aprofundadas de fontes, acompanhadas de estudos científicos especializados. Neste sentido, é fulcral a criação de um centro documental que reúna o vasto acervo existente sobre as MPL e que se encontra disperso. Será vital a interligação desse centro com arquivos documentais públicos ou privados, com significativo espólio conhecido ou a reconhecer, de fontes escritas ou audiovisuais, ligadas às MPL, como sejam, o Arquivo Municipal, o Arquivo do Gabinete de Estudos Olissiponenses, o Arquivo Fotográfico de Lisboa, os arquivos da RTP e da TVI, o Arquivo Nacional do Som, entre outros;
- 2) A montagem de um centro interpretativo, em edificado já existente e que seja reabilitado para acolher exemplares de bens culturais ligados às MPL, objetos com carácter de raridade ou excecionalidade, num espaço musealizado próprio;
- 3) O desenvolvimento de ações de divulgação e sensibilização sobre as MPL, especialmente nos bairros de Lisboa, em concertação com as respetivas juntas de freguesia dos bairros envolvidos, mas igualmente junto do grande público;
- 3) a valorização desta arte performativa, nomeadamente em estreita ligação com os fóruns das academias artísticas, como sejam as do âmbito da música, do canto, da dança, do teatro ou da literatura;
- 4) O apoio à dinamização das marchas infantis, de modo a promover a sensibilização e apetência dos mais jovens para as marchas;
- 5) O amparo à realização dos arraiais, concursos de Tronos do Santo António e Casamentos do Santo António, incrementando as parcerias destas iniciativas, tão estreitamente associadas às MPL.

g) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos;

Nenhum aspeto da preparação ou realização das MPL colide com os direitos, liberdades e garantias, nem se revela incompatível com o direito internacional, em matéria de defesa dos direitos humanos.



h) A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos

O Património Cultural Imaterial desempenha um papel imprescindível na promoção da tolerância, paz e reconciliação, no fomento comunitário, coesão intergrupar e bem-estar individual e na promoção dos Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável. O pedido de registo das MPL na lista de inventário nacional do Património Cultural Imaterial tem como propósito a promoção da salvaguarda, valorização e vivificação deste legado de arte performativa. Este propósito vai de encontro aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, estipulados pela comunidade internacional (através da Organização das Nações Unidas), e que assentam nos três pilares do desenvolvimento: económico, social e ambiental, mais especificamente quanto aos *Objetivos nº 11, nº 10 e nº 3*.

O apelo do Objetivo nº 11 expressa claramente a vontade de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, mais concretamente na sua *Meta 11.4*, pedindo para se “fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo”, já que a cultura, a par da criatividade, contribui transversalmente para cada um daqueles três pilares. Um tecido associativo local consistente e relativamente dinâmico é especialmente relevante nas áreas recreativas, nomeadamente das artes performativas, favorecendo um contexto que propicia práticas artísticas ativas e uma acessibilidade crescente das comunidades à cultura.

Quanto ao *ODS nº10*, que refere a vontade de “*Redução das Desigualdades*”, ressalta-se a *Meta 10.2*, que visa também “*Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra*”. Ao promover a incorporação de marchantes oriundos de bairros atualmente compostos por populações bastante heterogéneas, seja em termos de regiões do país ou mesmo de origens nacionais distintas, seja em termos de afiliações étnicas, religiosas ou de condições sociais variadas, as MPL abraçam essa preocupação de forma abrangente e inclusiva.

É nítida, finalmente, a intersecção entre o setor da cultura e as práticas saudáveis, o que vai de encontro, de uma forma bastante direta, ao intuito de se alcançar ainda o *ODS nº 3*, que tenciona “*Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*”. Essa intersecção é feita através de sinergias entre o município, a comunidade escolar e educativa local e o tecido associativo urbano. As atuações e performances artísticas realizadas ou promovidas pelo associativismo, como as MPL, são ações desenhadas e implementadas numa rede de parceiros locais, enquadrando vários domínios artísticos que se ligam a abordagens terapêuticas. Estas



são dirigidas a públicos com necessidades específicas do foro motor e /ou cognitivo, programando e implementando projetos artísticos focados na participação, envolvimento e inclusão de todos. Assumem-se nestes processos de criação e produção cultural e artística, a atividade física e lúdica, como contributos determinantes na saúde mental, no equilíbrio emocional e no bem-estar dos intervenientes.

1.2 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com demais manifestações de Património Cultural:

1.2.1. móvel:

Além dos bens culturais móveis mais diretamente ligados às MPL, referidos no Anexo I, § 19.1., existe ainda um conjunto de objetos específicos que se revelam igualmente pertinentes para a sua salvaguarda e preservação, como sejam o “marchódromo”, montado no Jardim da Luz, pela Freguesia de Carnide, bem como ainda os acervos documentais escritos, fonéticos e imagéticos (registos originais das letras e partituras de músicas, desenhos coreográficos, de figurinos e cenográficos; registos fotográficos, de som ou em vídeo das MPL), maquetes de adereços e exemplares de figurinos de marchantes.

1.2.2. imóvel:

Como bens culturais imóveis adicionais aos já destacados no Anexo I, § 19.2. com relação às MPL, estão ligados: a **Igreja de Santo António**, dos séc. XV-XVIII, classificada como Monumento Nacional com proteção jurídica expressa no Decreto nº 19 484, DG, 1.ª série, nº 64 de 18 março 1931 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 213 de 11 setembro 1961 *1 / parcialmente incluída na Zona de Proteção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa (v. IPA.00003128). Junto a esta está o **Museu de Lisboa – Santo António**, aberto em 1962, bem como a **Estátua** do orago, localizada no largo abaixo da escadaria da Igreja, com a inscrição "12 Maio 1982. Fora inaugurada por Sua Santidade o Papa João Paulo II" e executada pelo escultor Soares Branco. Também as imagens de Sto. António instaladas em nichos ou noutros pedestais da cidade se podem ligar às MPL.

1.2.3. Património cultural imaterial:

Em complemento às manifestações culturais imateriais identificadas no Anexo I, § 19.3., destaca-se o **fado** já inventariado pela UNESCO, em 2011, como manifestação do Património Cultural Imaterial Mundial. Destacam-se também outras manifestações culturais que de algum modo se relacionam com as MPL, como sejam: os concursos das janelas floridas, a apresentação de marchas infantis na Praça do Império, em Belém, ou



desfiles de marchas sêniores (ou “dos avós”) e concertos de fadistas a cantarem marchas populares no Castelo de São Jorge.

1.3 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com património natural

Não se aplica.

1.4 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com estudos científicos ou técnicos, com metodologias de pesquisa, com programas de informação e divulgação, ou com programas de sensibilização em curso com vista à salvaguarda da mesma

A produção científica ou de divulgação e valorização sobre o tema das MPL é abundante e vem da pena de autores de vários quadrantes e origens geográficas, o que demonstra a pertinência desta forma de arte performativa, para Lisboa, para o país e para além-fronteiras. São, no entanto, de menção alguns estudos já clássicos ou realizados nos últimos anos, concretamente sobre as suas origens e evolução, tais como os trabalhos de Norberto de Araújo (1943 ou 1939-40); Ruben de Carvalho (1991 e 1999); Graça Índias Cordeiro (1997, 1999, 2001 e 2003); António Firmino da Costa (1991, 1999 e 2002); Daniel Melo (2001); Carlos Caseiro (2003); Daniela Carvalho (1991 e 2018); Jorge Barros e Soledade Martinho Costa (2002) ou Marília Abel (2006). Alguns estudos avançados em ciclos pós-graduados têm sido realizados em diferentes áreas científicas, como sejam as teses de João Pinto (2004); Sara Martins (2011); Inês Teixeira (2015); Ana Inês Banha (2017); Andreia Penedo (2017) ou de Élmano Souza (2018).

A CML tem também editado ao longo dos anos publicações regulares de divulgação, sejam edições especiais ou os programas anuais das Festas de Lisboa e das MPL.

Além de estudos etnográficos ou com elementos focados nas marchas de determinados bairros -, como a pesquisa de Graça Índias Cordeiro (1997), sobre a Bica; a tese de Inês Teixeira (2015) sobre o Castelo; ou a abordagem de Heitor Frúgoli Jr. (2014) sobre o Bairro Alto -, também algumas coletividades têm editado publicações para a divulgação relativa às suas marchas, tais como o Centro Cultural Magalhães de Lima (2007), sobre Alfama; o Espaço Santa Casa (2018) sobre a Santa Casa da Misericórdia; Alberto Franco (2018), sobre a Voz do Operário; Luís Maçarico, et.al (2002) sobre Alcântara; ou o texto de Bela Rebelo (2021), sobre a Boavista. Outros autores deambularam pelos bairros de Lisboa, deixando também testemunhos redigidos únicos, como Francisco Segurado e Ricardo Silveirinha (2017); ou em vídeo, como foi a série produzida por João Medeiros e



Mariana Peres, a que chamaram “Volta ao Bairro”, carregados no YouTube, em 2021, por conta da suspensão das MPL durante a Pandemia covid19.

São igualmente de mencionar alguns testemunhos valiosos de personalidades ligadas às MPL, como seja o vastíssimo Arquivo de José Ramalho, depositado no GEO ou texto deixado por Carlos Mendonça (2015).

Além da muita imprensa que tem sempre acompanhado as MPL, nos diversos meios escritos, de rádio ou televisão, alguns autores de plataformas eletrónicas ou *Blogues*, se têm debruçado, finalmente, sobre as MPL, como seja Soledade Martinho Costa [*Sarrabal*] (12 junho, 2009); Anón. [*História com Histórias*] (13 junho 2017); ou Paulo Marques [*Grande Hotel*] (2021, 13 Junho).

1.5 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com a missão, visão, valores e vectores estratégicos da entidade requerente ou de outras entidades

A Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa reúne entidades do sector privado, que representam diversos pontos de vista e componentes importantes para dinamização das Marchas Populares de Lisboa.

Tem como suas Associadas especialmente as designadas “Colectividades Culturais, Recreativas e Desportivas”, mas também as sociedades filarmónicas, os grupos de teatro de amadores, os grupos corais/orfeões, os clubes desportivos e ainda as associações humanitárias de bombeiros, as instituições particulares de solidariedade social e as associações de moradores e Casas Regionais do Concelho de Lisboa.

Fundada em 2002, a ACCL surgiu com o intuito da criação de uma estrutura que possibilitasse a cooperação regular e continuada entre todas as suas Associadas e as demais entidades, no concelho de Lisboa. De tais propósitos, resultou uma Comissão de 31 Colectividades, que aprovou as bases estatutárias e a eleição de uma Comissão Instaladora, formada pelos seguintes Clubes e Associações: Ginásio do Alto Pina, Sport Clube Adicense, Sociedade de Instrução e Beneficência ‘A Voz do Operário’, Associação Pró-Infância da Mouraria e Sport Lisboa e Lapa. Em 26 de Abril de 2002, constituiu-se a ACCL – Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, contando então com cerca de 150 entidades associadas e uma sede instalada na ex-FPCCRD - Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, hoje CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, sediada na Rua da Palma, nº 256 - Freguesia de Santa Maria Maior (antiga freguesia de Santa Justa), em Lisboa.



Hoje, a ACCL conta com 380 entidades associadas, tendo definido como sua missão primordial a defesa dos valores da união, solidariedade e associativismo e como seus principais objetivos:

- 1) defender os interesses das coletividades junto dos organismos públicos e privados;
- 2) promover ações de formação, seminários e encontros para melhorar o nível de preparação associativa dos dirigentes;
- 3) fomentar o intercâmbio de experiências e a troca de circulação célere de informação; e finalmente,
- 4) dinamizar projetos próprios e comuns, as relações associativas e a cooperação com coletividades de outras áreas, em articulação com estruturas similares, de âmbito local, distrital, regional e nacional, sem fins lucrativos.

Deste modo, a ACCL visa representar o Movimento Associativo Popular (MAP), nomeadamente, através da sua qualificação, no diálogo com os poderes instituídos, bem como melhorar a formação de dirigentes associativos e a qualificação das associações para a colaboração na melhoria da qualidade de vida das populações, das quais emana.

Várias destas entidades representadas pela ACCL, são as responsáveis pela organização das Marchas Populares de Lisboa, pelo que este bem cultural da cidade é de primordial importância para este organismo. Neste sentido, a ACCL tem desenvolvido uma série de propostas e iniciativas que vão de encontro à sua missão e objetivos, no sentido de manter uma ligação harmoniosa entre o movimento associativo e os organizadores das MPL, criando pontes entre os organizadores das MPL e as restantes entidades parceiras na dinamização desta arte performativa. Tem, pois, desenvolvido um conjunto de ações para o efeito (como indicadas no § 1.6.), atuando em articulação com entidades concretas, designadamente, com a CML, com as juntas de freguesia ou com as casas regionais.

1.6. Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com as actividades desenvolvidas, em curso ou projectadas, pela entidade requerente ou por outras entidades

Sendo a organização das Marchas Populares de Lisboa, uma atividade fundamental para os bairros nos quais estão inseridas as diversas Coletividades Associadas da ACCL, que as organizam, para algumas sendo a realização desta manifestação cultural, uma das principais ações que desenvolvem, ao longo de várias gerações, torna-se natural e imprescindível que a ACCL se envolva nelas, por meio de diversas iniciativas.



Neste sentido, a ACCL já realizou aconselhamento, sugestões e lançou atividades, tais como:

- Reuniões com coordenadores das marchas, para concertação de apelos e medidas a serem tomadas em defesa dos interesses comuns de todos os bairros;
- Formações básicas para dirigentes na área da contabilidade, organização associativa, modulo de elaboração de planos e relatórios de atividades e respetiva orçamentação;
- Encontros culturais e lúdicos, como sejam, galas de Fado, encontros com as casas regionais e outras entidades do movimento associativo; organização de teatro de drama e de revista; encontros de grupos corais; e parceria no encontro de concertinas;
- Atividades desportivas, que incluem um torneio de futsal entre coletividades, onde participam algumas delas com marcha; torneios de ténis de mesa entre coletividades; apresentação de jogos tradicionais, com o envolvimento das escolas locais; um torneio de petanca; provas de atletismo, como a corrida anual do 25 de Abril e outras solicitadas pelas juntas de freguesia; e o envolvimento como parceiro da organização do torneio inter-marchas.

A Associação tem em curso, no presente, várias ações, que também aglomeram coletividades com marchantes, tais como: o 6º Torneio de Futsal, o 7º Torneio de Ténis de Mesa, a 44ª Corrida de Atletismo e mais uma edição do Torneio da Petanca.

Para a prossecução do seu empenho na continuidade e desenvolvimento das MPL, a ACCL tem projetadas várias outras ações, de sua iniciativa ou em parceria, entre as quais se encontram:

- a formação de um novo curso básico sobre o desenvolvimento associativo, envolvendo módulos introdutórios de planeamento e gestão corrente das atividades associativas, que sirvam de rampa de lançamento para formações mais avançadas, desta forma permitindo que, nomeadamente, as entidades organizadoras das MPL se mantenham em situação de gestão saudável;
- a continuação da organização e de apoio à realização de eventos culturais ou desportivos, em que se integram coletividades organizadoras das MPL como parceiras, de forma a estimular a aproximação e o espírito associativo e bairrista dos marchantes. Entre tais ações que, continuamente, vão sendo solicitadas à ACCL, estão previstas iniciativas para serem desenvolvidas no âmbito do desporto, como a Corrida do 25 de Abril, na qual participam cerca de 8000 atletas; outras corridas solicitadas pelas juntas de freguesia; o grande torneio de ténis de mesa, com a participação de 500 atletas; provas de petanca e muitos encontros de jogos tradicionais, que se prevê que sejam realizados com mais de 70 escolas; além do grande torneio de futsal com a participação



de 32 coletividades, com mais de 500 participantes. No domínio da cultura, estão igualmente previstas várias sessões de fado com as coletividades, que culminam numa grande Gala do Fado, numa sala de espetáculos de Lisboa; a participação em vários eventos das coletividades no âmbito do teatro; e o envolvimento no lançamento de livros, homenagens e aniversários, ações em que a ACCL terá que intervir. É ainda de assinalar o grande momento anual que representa a Festa das Coletividades das Casas Regionais, comemorando precisamente o Dia das Coletividades (31 de maio), no qual atuam ranchos folclóricos, dança, encontro de concertinas, fado, jogos tradicionais e outras atividades desportivas.

1.7. Caracterização de eventuais ameaças à continuidade da prática e ou da transmissão da manifestação do património cultural imaterial

A continuidade da realização das MPL, poderá estar comprometida pela falta de consistente viabilidade da própria atividade das coletividades organizadoras e corre atualmente o risco de se vir a perder porquanto muitos dos coordenadores das marchas são igualmente membros dos corpos dirigentes dos clubes e academias, havendo o perigo dessa memória coletiva se vir a deturpar ou alterar drasticamente com o gradual desaparecimento dos mais velhos - “os antigos” detentores dos saberes relacionados com as MPL. Assim, a recolha dos seus testemunhos e registo dos seus conhecimentos revelam-se fundamentais para a salvaguarda desta manifestação cultural, para memória futura.

A gentrificação da cidade que tem levado à desertificação de muitos dos bairros históricos, substituídos demograficamente por milhares de visitantes de curta estadia, tem contribuído para esta quebra de dinamismo das coletividades.

Estes factos, ligados à transformação do perfil dos residentes da cidade, refletem-se nas dificuldades regulamentadas, que exigem a presença de 24 marchantes homens e 24 mulheres relativamente jovens como marchantes. Esta adversidade é apenas compensada pela chegada de novos moradores imigrantes, alguns dos quais se envolvem pontualmente nas marchas.

Por outro lado, esta manifestação cultural está sempre na dependência de vontade de decisão política e da conjuntura histórico, económica ou sanitária, que poderão condicionar a sua realização regular.



1.8. Caracterização de ações de salvaguarda e valorização de que a manifestação do património cultural imaterial tenha sido ou seja actualmente objecto, por parte da entidade requerente ou por parte de outras entidades

Apresentam-se, neste ponto, as medidas de salvaguarda e valorização das MPL consideradas mais prementes para garantir a sua preservação mnemónica e a sua vivificação presente e futura. Assim, para preservar a memória coletiva deste bem cultural, a ACCL sugere as seguintes propostas, em termos de:

Estudo e investigação:

- Entre as medidas de salvaguarda para a continuidade das Marchas Populares de Lisboa, preconizadas pela ACCL, encontram-se as pesquisas etnográficas que deram origem ao presente pedido de candidatura, no âmbito do processo de inscrição desta arte tradicional no Inventário Nacional do PCI, e que se pretende que venham a ter continuidade, a fim de recolher e aprofundar ainda mais dados, por observações diretas, indiretas e documentais (testemunhos orais, histórias de vida e registos fotográficos e audiovisuais a ele associados), complementados pela pesquisa histórica relacionada às origens e desenvolvimento desta arte performativa.
- Incremento de **pesquisas científicas**, além das etnográficas, também as técnicas e artísticas, assim como de metodologias de investigação sobre Marchas Populares, com vista a um levantamento sistemático de dados, documentação e constituição de arquivos relativamente a Lisboa, com ligação a acervos existentes no restante território nacional e estrangeiro. Esta promoção do levantamento e estudo sobre as MPL, será propícia, sobretudo, em instituições de ensino e investigação com foco nas áreas das artes e do espetáculo.
- A criação de um **centro de documentação especializado**. As fontes documentais são imprescindíveis para dar a conhecer a origem das Marchas Populares de Lisboa, a sua evolução e o seu sentido junto das comunidades no presente, mas também para descortinar possíveis trajetórias futuras. O seu fácil acesso é fundamental para contribuir para um melhor conhecimento diacrónico desta arte, das histórias de vida dos seus atores e suas expectativas, a fim de divulgar, mas também, e especialmente, incentivar a investigação, nos mais diversos domínios científicos. Pretende-se reunir, num único espaço e com disponibilização *online*, todos os levantamentos, e demais informação já reunida ou em curso de produção, que deverão integrar uma base de dados, em suporte digital, de acesso público, que será o esteio do centro de documentação previsto. Implicará a sistematização bibliográfica e a digitalização de muita da documentação existente e dispersa, tanto de arquivo como publicada (monografias, periódicos, publicações *online* e estudos académicos, técnicos e



científicos, etc.), como do levantamento fotográfico e construção de um banco de imagens ou dos testemunhos orais, registados em gravações áudio e vídeo, devidamente transcritas, com respetiva catalogação, indexação e tradução para inglês, de modo a facilitar a internacionalização do projeto;

Divulgação, Valorização, Sensibilização:

- **Consciencialização** de todas as entidades públicas e privadas que operam no domínio das festas populares, bem como do público em geral, para a preservação das Marchas Populares de Lisboa, enquanto expressão cultural, com origem em Lisboa, e valorização profissional dos seus dinamizadores e executantes;
- Criação de um **Centro Interpretativo** das Marchas Populares de Lisboa, em edifício já existente e que seja reabilitado para acolher exemplares de bens culturais ligados às MPL, objetos com caráter de raridade ou excecionalidade, num espaço musealizado próprio, desejavelmente junto do centro de documentação especializado;
- **Musealização online das MPL** e que tem como objetivo documentar por meios digitais e dar a conhecer os conteúdos audiovisuais mais significativos ou relevantes;
- Inventariação, registo, tratamento e **valorização do espólio** relativo aos objetos associados às MPL existente **nas coletividades e nos serviços municipais**;
- Elaboração de **Roteiros** em Lisboa que incluam a visita a lugares emblemáticos dos bairros organizadores das MPL e um percurso pelos arraiais da cidade, que culmine nas exibições e desfiles das MPL, em junho, destacando os espaços e as personalidades mais relevantes de cada marcha, valorizando o trabalho desenvolvido pelos coordenadores e marchantes;
- **Conferências** locais, nacionais e internacionais sobre Marchas Populares de Lisboa;
- Promoção de um **programa direcionado a artistas plásticos**, e respetivo regulamento, para incentivar a conceção de novas criações artísticas ligadas às Marchas Populares, no âmbito da execução de figurinos, de ideias / projetos de desenho de coreografias, de cenografia e de composição musical.

Por um lado, é fundamental dar continuidade a matrizes clássicas das Marchas Populares de Lisboa e, por outro, é preciso dar continuidade a projetos inovadores, estimulando a criatividade no mundo artístico. Paralelamente, esta ação de promover um programa direcionado a artistas prende-se com a necessidade de mostrar que a arte das Marchas Populares de Lisboa, é multidimensional e tem capacidades e potencialidades para acompanhar os movimentos artísticos do momento e ser uma arte do presente e do futuro. Daí a necessidade da conceção de um regulamento específico para a criação de um programa artístico, que envolva artistas cénicos e plásticos



reconhecidos, mas também artistas emergentes (músicos, dançarinos, designers, pintores, escultores e outros artistas contemporâneos), para explorarem novas dimensões das Marchas Populares de Lisboa em projetos específicos. Só assim ficará garantida a continuidade de novas encomendas, assegurando o futuro profissional dos seus executantes, e dos produtores de todos os adereços materiais e conteúdos imateriais apresentados pelos marchantes;

- Apoio à **edição de publicações** sobre MPL. Neste sentido, em 2023 a CML promoveu a edição em Portugal de uma obra monográfica de referência (Moraes, prelo), que se integra no conjunto das obras que contribuem para valorizar as MPL, promovendo o seu melhor conhecimento e sensibilização, nomeadamente quanto às letras das marchas;

- Incentivo à realização de **exposições**. Neste sentido, algumas coletividades têm já realizado pequenas mostras fotográficas ou de bens materiais relativos às MPL, que merecem maior divulgação e incremento;

- **Plano de comunicação digital**. Trata-se de um projeto de comunicação digital para divulgação das MPL e da arte performativa dos marchantes;

- **Promoção, junto do município de Lisboa**, da utilização de imagens das Marchas Populares de Lisboa capaz de dotar o espaço público de uma inequívoca sensibilidade e refinamento visuais, enquanto marca identitária, contribuindo para dar visibilidade à cultura lisboeta e nacional onde se alicerça esta arte performativa específica;

- **Promoção internacional** das MPL, de modo a reforçar a noção transnacional e global da pegada cultural da presença portuguesa no Mundo, o que constitui uma mais-valia para manter viva uma arte que só nos pode encher de orgulho, dado o reconhecimento internacional que já detém;

- Fomentar a presença e participação dos marchantes em eventos em Portugal ou no estrangeiro, e a promoção de materiais associados às Marchas Populares de Lisboa, junto com o artesanato nacional.

Educação, Transmissão:

- Introdução de **módulos educativos e de divulgação nas escolas**, com o objetivo de incentivar novas atividades pedagógicas e estudos académicos, mas também despertar o interesse pela aprendizagem desta manifestação cultural tradicional, nomeadamente com apoio da ação social da CML e da Rede de Bibliotecas Escolares. Neste sentido, sugerem-se ainda parcerias com entidades académicas, para produção de materiais ligados às marchas (nos domínios da arte, design, comunicação e das academias de música e sociedades filarmónicas ou das escolas de dança);



- Promoção da formação de marchantes infantis, com dinamização de cursos específicos, com a parceria necessária do tecido escolar, para apoio à transmissão do conhecimento e valorização das MPL às gerações mais novas;
- Incentivo ao associativismo dos sectores ligados às Marchas Populares de Lisboa;

Valorização patrimonial:

- elaboração de iniciativas de proteção legal do património material, móvel ou imóvel, associado à manifestação de PCI, como, por exemplo, de edifícios de valor arquitetónico excecional que acolhem algumas das coletividades organizadoras das marchas, e objetos como os estandartes das coletividades, a maioria destes muito antigos e em sério estado de degradação;
- proteção legal de saberes associados à preservação das Marchas Populares de Lisboa, como sejam a arte de costurar (costureiras, alfaiates e adrecistas).
- Atualização da identificação de elementos desconhecidos ligados às MPL;

2. Documentação da relevância das Marchas Populares de Lisboa

De modo a complementar a caracterização das Marchas Populares de Lisboa, constitui parte integrante do presente pedido de inventariação a seguinte documentação:



2.1. Documentação fotográfica

Nº	Autor	Data	Local	[Título]. Descrição	Proprietário da imagem
01	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Maquete ou protótipo de figura / "surpresa" da Marcha do Castelo	©Marina Pignatelli
02	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Imagem de ecrã de postagem de anúncio de inscrições de marchantes no Facebook da Marcha da Madragoa – 1.2.2022	© Facebook da Marcha da Madragoa
03	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Imagem de ecrã de postagem de anúncio de inscrições de marchantes no Facebook da Marcha de Belém – 23.4.2022	© Facebook da Marcha de Belém
04	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Imagem de ecrã de postagem de anúncio do Torneio Inter-Marchas, no Facebook do Ginásio Alto do Pina – 9.5.2022	Facebook do Ginásio Alto do Pina – 9.5.2022
05	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Tapete de linóleo do "ponto de luz" frente à Tribuna Presidencial Na Avenida da Liberdade	©Marina Pignatelli
06	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Entidades oficiais na Tribuna Presidencial	©Marina Pignatelli
07	desconhecido	1979	Lisboa	Crianças em desfile nas MPL, por ocasião do Ano Internacional da Criança	©AML
08	desconhecido	s.d.	Lisboa	Carlos Mendonça (1939-2016)	©Facebook de Alfama
09	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	Mascotes da Marcha de Marvila	©Marina Pignatelli
10	desconhecido	1935	Lisboa	Amália Rodrigues, quando marchante de Alcântara (1ª do lado direito e a sua irmã Celeste Rodrigues.	Arquivo DN
11	desconhecido	1940	Lisboa	Marcha de Benfica de 1940 na Avenida da Liberdade	Arquivo DN
12	7 Maravilhas®	agosto 2020	em linha	Festas de Lisboa entre as finalistas das 7 Maravilhas da Cultura Popular	https://7maravilhas.pt/conhecidos-na-1a-meia-final-em-salir-os-primeiros-7-finalistas-as-7-maravilhas-da-cultura-popular-sical/

Nota: todas as imagens acima referidas são fornecidas em suporte digital, anexo ao presente Pedido de Inventário.



2.2. Documentação fílmica

Nº	Título	Realizador /produtor	Data	Local de Edição ©Editor	Sinopse	Link
01	Ensaio da Marcha da Penha de França	Marina Pignatelli	22 março 2022	Lisboa ©Marina Pignatelli	Ensaio da Marcha da Penha de França, no ginásio da Escola Nuno Gonçalves, em Lisboa	https://youtu.be/T_v1tSWX-gU
02	Ensaio Geral c/ volta ao bairro da Marcha da Madragoa	Marina Pignatelli	31 maio 2023	Lisboa ©Marina Pignatelli	Ensaio Geral c/ volta ao bairro da Marcha da Madragoa	https://youtube.com/shorts/onXSQqMI0Ec?feature=share
03	Chegada de marchantes ao pavilhão Altice Arena	Marina Pignatelli	2 junho 2023	Lisboa ©Marina Pignatelli	Chegada de marchantes de São Domingos de Benfica ao pavilhão	https://youtube.com/shorts/WLpClKb3GE8?feature=share
04	Presidente da CML dá boas vindas no Pavilhão Altice Arena	Marina Pignatelli	3 junho 2022	Lisboa ©Marina Pignatelli	Carlos Moedas dá as boas vindas à assistência no pavilhão Altice Arena	https://youtu.be/YKc1bpyPGQw
05	Reunião de trabalho na Avenida da Liberdade	©Vítor Silva	11 junho 2022	Lisboa	Reunião de trabalho/ preparatória da EGEAC com coordenadores de marchas na Avenida da Liberdade	https://www.youtube.com/watch?v=aBawlBv0aZl
06	Desfile da Marcha do Vale do Açor na Avenida	Marina Pignatelli	12 junho 2022	Lisboa ©Marina Pignatelli	Marcha convidada do Vale do Açor desfila na Avenida da Liberdade	https://youtu.be/WWeKWGS5J2k
07	Filme <i>Gosto de Ti como És</i>	©Sílvia Firmino	2005	Lisboa ©Laranja Azul/EGEAC	Marcha da Bica festeja a vitória	https://www.laranja-azul.com/films/film-page-gosto-de-ti-como-es
08	Alfama recebe resultado de vitória	©Marcha de Alfama, CCML	17 junho 2016	Lisboa ©Facebook Marcha de Alfama	Marcha de Alfama festeja na coletividade Centro Cultural Magalhães de Lima ao receber resultado da vitória	https://www.facebook.com/MarchadeAlfama/videos/797352630365728
09	Noite de Entrega de Troféus	©Junta de Freguesia de Estrela	15 novembro 2022	Lisboa ©Facebook da Junta de Freguesia de Estrela	Madragoa recebe o prémio da vitória no Salão Nobre da CML	https://www.facebook.com/freguesiadeestrela/videos/712382913115602



10	Marchas Populares Infantis	©RTP	17 junho 2000	Lisboa RTP	Marchas Infantis na Praça do Império em Belém	https://arquivos.rtp.pt/conteudos/marchas-populares-infantis/
11	Marchas de Lisboa - Alfama	©TVI	1993	Lisboa ©TVI / FaceBook Marcha de Alfama, 10.8.2020	Reportagem sobre a Marcha de Alfama com entrevista a Carlos Mendonça e imagens do desfile	https://www.facebook.com/MarchadeAlfama/videos/324288015290280
12	Viagem aos bastidores das Marchas de Lisboa – Parte 1: <i>Eu amo o meu bairro</i>	Carlos Fraga Livremeio	2011	Lisboa ©Livremeio	Trailer do Documentários sobre as MPL	https://youtu.be/C6wresnXV5Y Trailer: https://www.youtube.com/watch?v=KR2KYUwd24s
13	Viagem aos bastidores das Marchas de Lisboa – Parte 2: <i>A minha marcha é linda</i>	Carlos Fraga Livremeio	2011	Lisboa ©Livremeio	Documentários sobre as MPL	https://youtu.be/h4IOUUrWezs Trailer: https://www.youtube.com/watch?v=zVRfuYCzaSU
14	Algumas imagens das festas populares de Junho	Desconhecido	1952	©Videoteca Municipal de Lisboa	Trono de Santo António (de 00:03:40 a 00:04:16) e Marcha da Madragoa (de 00:04:25 a 00:08:40)	https://www.youtube.com/watch?v=qPRZiJdEchl
15	A Alma de uma cidade	Desconhecido	1954	©Videoteca Municipal de Lisboa	Marchas Populares de Lisboa (de 1:00:00 a 1:02:16 e de 1:02:55 a 1:09:40) Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/009/000657	https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/
16	Isto é Lisboa – Festas populares de Santo António	Desconhecido	1960	©Videoteca Municipal de Lisboa	(de 00:07:50 a 00:10:28) PT/AMLSB/CMLSBAH/ODAS/004/000039	https://www.youtube.com/watch?v=apHrgwakzX8
17	Marchas Populares de 1964	Desconhecido	1964	©Videoteca Municipal de Lisboa	(todos os 00:15:00)	https://www.youtube.com/watch?v=bKPHDDHvhIA
18	Desfile das Marchas Populares no Pavilhão dos Desportos	©RTP	1967	©RTP	Desfile das Marchas Populares no Pavilhão dos Desportos em Lisboa	https://arquivos.rtp.pt/conteudos/desfile-das-marchas-populares-no-pavilhao-dos-desportos/



19	Marchas Populares	Desconhecido	1995	©Videoteca Municipal de Lisboa	Marchas Populares de Lisboa no Pavilhão e na Avenida (todos os 00:34:20). Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ODAS/004/000146	https://www.youtube.com/watch?v=AmHsgqPhvNA https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/
20	Marchas Infantis em Belém	Desconhecido	2001	©Videoteca Municipal de Lisboa	Desfiles das Marchas Infantis na Praça do Império, em Belém.	https://www.youtube.com/watch?v=sUjXUyUxKE4
21	Série “Volta ao bairro”	©João Medeiros e Mariana Peres	2020	©Página YouTube <i>Toca a Marchar</i>	A desolação das marchas canceladas em 2020 levou os autores desta série a percorrerem os vários bairros com marchas.	https://www.youtube.com/channel/UCGQ-hih3MLCl6psdjiCCNfQ
22	“(Re)começar Alcântara”	©Texto e voz: David Ferreira; Imagens e edição: ©Miguel Antunes - SFAE	2020	Lisboa ©SFAE	Vídeo motivacional Alcântara, por conta da suspensão das MPL, em 2020.	https://www.facebook.com/marchadealcantara.sfae/videos/313330811007121

Nota: Os filmes acima referidos encontram-se disponíveis em linha nos endereços mencionados, que correspondem aos sites oficiais das respetivas editoras e são de acesso público. Os documentos fílmicos não foram carregados na plataforma MatrizPCI tendo em conta que excedem o tamanho de arquivo máximo permitido.

2.3. Documentação gráfica

Nº	Autor	Data	Título	Descrição
01	Marina Pignatelli	2024	Mapa das freguesias de Lisboa com Marchas Populares	Indicação em mapa das marchas existentes em 17 das freguesias da cidade de Lisboa



2.4. Documentação áudio

Nº	Autor	Data	Título	Edição	Descrição	Link
01	©Nuno Feist	2023	“Amar sem preconceito”	Marcha do Alto do Pina	Maquete da música da Marcha do Alto do Pina	https://www.youtube.com/watch?v=8BuEoVJKnZg
02	©Nuno Feist	2019	“Alto lá”	Marcha do Alto do Pina	arranjo de orquestração instrumental da música “Alto lá” da Marcha do Alto do Pina	https://www.youtube.com/watch?v=M53NkJQgNSM
03	©Nuno Feist	2019	“Alto lá”	Marcha do Alto do Pina	gravação da música “Alto lá” com vozes, Alto do Pina	https://www.youtube.com/watch?v=5lvCdw5yB_l
04	©Carlos Alberto Moniz	2012	“25 Anos a Aprender e Ensinar”	Marcha Infantil da Voz do Operário	Áudio da canção “25 Anos a Aprender e Ensinar” interpretada pelo autor	https://www.youtube.com/watch?v=Hu-LC1C6ARQ
05	©Carlos Vidal	2017	“30 anos da Voz do Operário”	Marcha Infantil da Voz do Operário	Áudio da canção “30 anos da Voz do Operário” interpretada pelo autor	https://www.youtube.com/watch?v=WDfZTrDb_l8
06	©Carlos Portelo	11 junho 2023	Grandes Marchas de Lisboa de 1935 a 1958, parte 1	Site: <i>Festivais da Canção</i>	Colectânea das músicas das Grandes Marchas de Lisboa	https://festivaiscancao.wordpress.com/2023/06/06/grandes-marchas-de-lisboa-de-1935-a-1958-parte-1/
07	©Carlos Portelo	6 junho 2023	Marchas e outras canções dos Bairros	Site: <i>Festivais da Canção</i>	Colectânea das músicas das Marchas e outras canções dos bairros de Lisboa que desfilarão na Avenida em 2023	https://festivaiscancao.wordpress.com/2023/06/11/marchas-e-outras-cancoes-dos-bairros-de-lisboa-que-vao-desfilar-amanha-na-avenida-da-liberdade/

Nota: Os registos áudio acima referidos encontram-se disponíveis em linha nos endereços mencionados, que correspondem aos sites oficiais das respetivas editoras e são de acesso público. Os documentos áudio não foram carregados na plataforma MatrizPCI tendo em conta que excedem o tamanho de arquivo máximo permitido.



2.5. Outra Documentação vária

Nº	Título / Descrição	Autor	Data	Local	Editor
01	História de cada Marcha Popular de Lisboa	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
02	Marcha Sénior ou Marcha dos Avós	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
03	Regulamento das MPL	EGEAC E.M.	2018	Lisboa	EGEAC, E.M.
04	Desenho de Arco da Marcha de Alcântara	José Brandão/SFAE	1987	Lisboa	SFAE – Soc. Filarmónica Alunos da Esperança
05	Revista/Programa das MPL 2022	EGEAC E.M.	2022	Lisboa	EGEAC, E.M.
06	Calendário de Ensaios	Marcha dos Mercados	2023	Lisboa	Marcha dos Mercados
07	Ensaios das MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
08	Desenhos de Coreografias da Marcha da Bica	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
09	Bancadas das claques e t-shirts	Marina Pignatelli	2022	Lisboa	s.e.
10	Ensaio Geral	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
11	Formações coreográficas	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
12	Figurinos	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
13	Arcos e figuras	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
14	Chegada das Marchas ao pavilhão e Avenida	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
15	Claques das MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
16	Bastidores do Pavilhão	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
17	Júri	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
18	Estruturas das MPL na Avenida	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
19	Marcha convidada	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
20	Cavalinho	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
21	Noivas de Santo António na Avenida	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
22	Volta ao bairro	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
23	Classificações das MPL (1932-2023)	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
24	Marcha de Alfama em viagem	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.



25	Taças e prémios	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
26	Suportes de arcos	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
27	Estandarte	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
29	Outros objetos nas MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
29	Murais	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
30	Marchódromo	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
31	Arraiais	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
32	Tronos de Santo António	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
33	Marchas Infantis	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
34	Aguadeiros	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
35	Caracterização de marchantes	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
36	Costureiras e tecidos	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
37	Entidades organizadoras das MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
38	Música para <i>cavalinho</i> – hino de marcha “Vai aqui o Alto Pina, letra de Silva Nunes e interpretado pela Amália.	Jorge d’Ávila	1963	Lisboa	s.e.
39	Letras de músicas	Século Ilustrado	2023	Lisboa	s.e.
40	Recorte do jornal Diário de Lisboa (pág. 5)	Diário de Lisboa	11 junho 1932	Lisboa	Diário de Lisboa
41	Capa do jornal Diário de Lisboa	Diário de Lisboa	12 junho 1932	Lisboa	Diário de Lisboa
42	Cartazes das MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
43	Pinturas e desenhos alusivos às MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
44	Faiança de 1934-35, alusiva às MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
45	Cartaz de propaganda das Festas de Lisboa	Auto-Reclame	maio 1935	Lisboa	Auto-Reclame
46	Registo de imprensa das MPL de 1947	Século Ilustrado nº 494	21 junho 1947	Lisboa	Século Ilustrado, BLX-Hemeroteca Municipal de Lisboa
47	Marcha Motorizada de Alvalade	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
48	Capa do jornal Diário Popular, nº 4572	Diário Popular	29 junho 1955	Lisboa	Diário Popular
49	Animais nas MPL	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
50	Despacho nº 133/P/2019 do Concurso da Grande Marcha de Lisboa para o ano de 2020	Boletim Municipal de Lisboa	19 dezembro 2019	Lisboa	CML
51	Declaração de Consentimento Esclarecido	Marina Pignatelli	2022	s.l. [Lisboa]	s.e.



52	Anexo 1	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
53	Anexo 2	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
54	CV MP	Marina Pignatelli	2023	Lisboa	s.e.
55	Declaração de Compromisso	ACCL	2023	Lisboa	s.e.

Nota: todas as fontes acima referidas são fornecidas em suporte digital, anexo ao presente Pedido de Inventário.



3. Direitos de propriedade intelectual

A Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa realizou todas as diligências, designadamente recorrendo a uma declaração de consentimento esclarecido (v. anexo 2.5.51), de modo a garantir o respeito pelos direitos de propriedade intelectual que recaem sobre toda a informação constante no Anexo I e II.

Mais se declara que apenas poderá ser objeto de divulgação pública, através da base de dados do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, a seguinte documentação, fornecida em suporte digital em anexo ao presente pedido:

- a) Documentação fotográfica: § 2.1
- b) Documentação fílmica: § 2.2
- c) Outra Documentação gráfica: § 2.3
- d) Documentação áudio § 2.4
- e) Documentação vária: § 2.5

4. Direito à imagem

A Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa atesta que foram considerados todos os cuidados respeitantes ao zelo pelos direitos à imagem de todos os elementos ou pessoas retratadas e que constam neste pedido de inventariação.

5. Protecção de dados pessoais

A Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa efetuou as necessárias diligências para que toda a informação constante no presente pedido de inventariação, independentemente da sua natureza ou suporte e designadamente no âmbito do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho, observe o disposto na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

6. Declaração de compromisso

Declaração de compromisso da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa que atesta a veracidade dos factos e fundamentos expostos no presente Pedido de Inventariação, igualmente anexa em suporte digital (formato PDF).



7. Pedido de inventariação e procedimento

O presente pedido de Inventariação foi elaborado pela Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, através da Professora Associada Marina Pignatelli.

8. Recolha e tratamento da informação

A recolha e análise dos dados etnográficos e históricos foram desenvolvidas pela antropóloga Marina Pignatelli, Investigadora do CRIA-Centro em Rede de Investigação em Antropologia e Professora Associada da Universidade de Lisboa – ISCSP. Os dados etnográficos foram recolhidos em contexto de trabalho de campo, por meio de observação participante, indireta (com recurso a entrevistas livres e semiestruturadas) além da pesquisa documental necessária à investigação, feita com recurso a pesquisa de fontes bibliográficas e arquivísticas disponíveis.